

# Adusp

INFORMATIVO

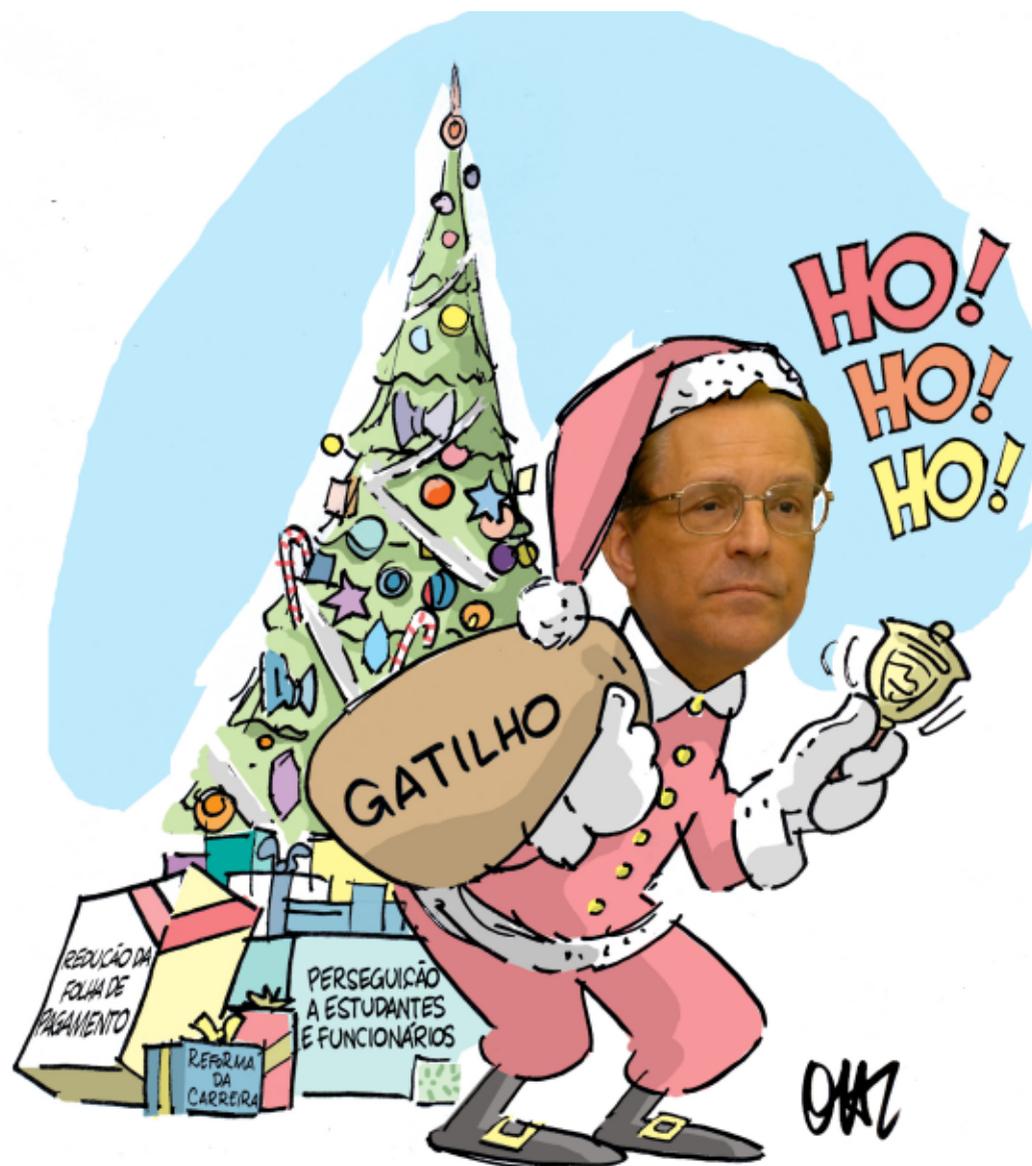
**SONEGAÇÃO  
FAZ MAL À SAÚDE  
E À EDUCAÇÃO**

## Feliz 2011!

**E**ste é o último *Informativo Adusp* deste ano. É ainda prematuro construir um balanço sindical de 2010, pois há diversas iniciativas em andamento; elencamos aqui algumas delas, que terão desdobramentos em 2011.

**Carreira.** Embora muitos colegas, principalmente aqueles com menor tempo de USP, acreditem que os níveis horizontais garantiriam ganhos salariais, a Adusp crê que isso só aconteceria com a valorização salarial das categorias iniciais da carreira, acoplada a bom reajuste de data-base. Daí a importância da campanha de data-base de 2011. Além disso, a insurgência da Adusp contra a reforma da carreira aprovada em 4/3/2009 é justificada pela exacerbação do produtivismo e da competitividade que ela instalaria na USP. Assim, a vitória judicial de 16/11/2010, que exige quórum qualificado de 2/3 para a aprovação dos critérios de progressão horizontal, abre espaço para o aprofundamento da discussão sobre esse tema no próximo ano.

**Cotidiano de trabalho e estudo.** Vamos prosseguir pleiteando melhores condições de alimentação, transporte, ilumi-



nação, atendimento à saúde e outros direitos, nos campi da universidade. A falta de um serviço emergencial de pronto atendimento à saúde, dramatizada pela morte do estudante Samuel de Souza na Cidade Universitária no dia 2/12, não pode prosseguir.

**Estrutura de poder.** A Adusp, como as demais entidades representativas que atuam na USP, reivindica uma Estatuinte para a elaboração do novo Estatuto da universidade. Enquanto isso não acontece, em 2011 vamos continuar lutando pela democratização, visando a) à adequação da composição de conselhos (Universitário, centrais e departamentais) e congregações à LDB; b) à conquista de eleições democráticas para reitor e diretores que se encerrem, respectivamente, na universidade e nas unidades; c) à abertura da carreira em todas as categorias; d) ao fim da exigência de titularidade para exercício de funções de chefias, diretorias, pró-reitores(as) e reitor(a).

Caro colega, com a confiança de que várias dessas lutas terão desdobramentos favoráveis, a diretoria da Adusp lhe deseja um Feliz 2011!

### Ação do Gatilho: muita calma nessa hora!

Há mais de 20 anos, a Adusp dava início à Ação do Gatilho, que foi ganha em 2001. Desde então, a entidade vem tomando as medidas cabíveis, visando a execução da sentença. Em particular, desde o início deste ano, vimos insistindo junto

à Reitoria quanto à necessidade de reuniões para agilizar o processo de pagamento. Finalmente, em 10/12, a equipe da Adusp e os advogados que tratam da ação reuniram-se com a administração. Na ocasião, foi apresentada pelo vice-reitor, profes-

sor Hélio Nogueira da Cruz, uma "Proposta de acordo para pagamento do Gatilho". Nela, a Reitoria compromete-se a efetuar o pagamento, em juízo, relativo aos gatilhos de 1987, em até 15 dias úteis após a assinatura do acordo. Para justificar a

ruptura da ordem dos precatórios judiciais, propõe um desconto de 6,5% sobre o valor total alcançado. Vale ressaltar que o acordo não impede que a Adusp continue buscando a inclusão de beneficiários na lista e a incorporação do reajuste de

32,96%, retroativo a 1988.

A proposta será analisada pela Adusp até 16/12, data da próxima reunião com a Reitoria.

Nesse momento, mais que nunca, são necessários calma, empenho e cuidado na análise da proposta.

# Planos de educação inexistem em 15 Estados e no DF

Nada menos do que 15 dos 26 estados brasileiros não possuem planos estaduais de educação que estabeleçam diretrizes e metas para as políticas públicas da área. A conclusão é de um levantamento do Observatório da Educação, pertencente à ong Ação Educativa. Tanto o Plano Nacional de Educação (PNE, lei 10.172/2001) como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, exigem a vigência desses planos. O PNE determina, ainda, que os municípios também devem elaborar seus planos, em consonância com a legislação nacional e estadual.

São Paulo é um dos estados que não possuem PEE. “Em 2003, o Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública e o governo estadual apresentaram duas propostas à Assembleia. Nenhuma delas chegou a ser apreciada. Em outubro de 2009, o PL 1.066/2003 do governo foi arquivado. De acordo com o deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL), o atual governo elaborou uma nova proposta de plano e, em 2010, enviou ao Conselho Estadual de Educação, mas o texto ain-

da não foi tornado público”, informa o Observatório da Educação em seu levantamento. A proposta do Fórum Estadual está disponível em [www.adusp.org.br/PEE/pee.htm](http://www.adusp.org.br/PEE/pee.htm).

Minas Gerais e Espírito Santo também não têm planos. O único estado da região Sudeste que possui é o Rio de Janeiro. Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul não dispõem de planos, e a maior parte do Nordeste também não cumpre o que manda a lei: Bahia, Sergipe, Piauí, Ceará. Só Alagoas, Pernambuco e Paraíba têm.

Em melhor situação se encontra a região centro-oeste, onde a maioria das unidades da federação têm planos: Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (a exceção é o Distrito Federal, que não possui o devido plano distrital). Na região norte, embora os dois maiores estados, Amazonas e Pará, possuam planos, Rondônia, Acre, Roraima, Amapá e Maranhão não têm.

## Estímulo

Maria Corrêa da Silva, secretária de educação do Acre e presidente do Conselho Na-

cional de Secretários de Educação (Consed), declarou ao Observatório que o lançamento do novo PNE vai estimular a construção de novos planos nos estados, juntamente com a mudança de gestão dos governos. Na sua opinião, planos desse tipo envolvem processos participativos, em “uma construção complexa, que requer certo ritmo” e exige “debates longos”, podendo surgir impasses entre interesses diferentes. “A dificuldade para se gerar consensos faz com que se retardem todos os processos”, diz ela.

Em entrevista concedida ao Observatório, o professor César Augusto Minto, da Faculdade de Educação da USP e diretor do Andes-SN, avalia que a ausência de planos nos estados decorre da falta de tradição de planejamento no Brasil: “Os diversos governos ficam livres para conduzirem as políticas setoriais de acordo com sua conveniência, quase sempre em detrimento dos interesses da sociedade que devem representar”.

“A maioria dos planos já existentes nos estados possui centenas de metas. É o caso de Mato Grosso (com 475

metas), Alagoas (que tem 329) e do Amazonas (com 306)”, informa o Observatório. “O número elevado de metas é uma das principais críticas ao PNE, vigente de 2001 a 2010. O texto possui 295 pontos, o que dificultou o seu monitoramento”. Por isso, o Ministério da Educação quer o próximo PNE mais enxuto. Mas essa visão é contestada pelo professor Minto. “Pormenorizar o horizonte pretendido não é, necessariamente, uma má postura política e administrativa”, rebate.

Quanto mais objetivos forem os indicadores e metas a serem alcançados, garante o professor, maior a possibilidade de atendê-los, “sem esquecer que a fonte de recursos para atendimento dos direitos sociais é, basicamente, impostos, que precisam ser criteriosamente destinados”, explica.

## Diagnóstico

Minto lembra que a construção do Plano Nacional de Educação-Proposta da Sociedade Brasileira, em 1997, contou com a participação de todas as entidades diretamente ligadas ou interessa-

das na área da educação. Ele explica que a elaboração dos planos estaduais deve partir de um diagnóstico bem fundamentado das condições reais de atendimento educacional da população afeta à esfera administrativa correspondente; deve explicitar as diretrizes que orientam as medidas a serem tomadas; e deve definir claramente as metas a serem atingidas num determinado período.

“Cabe lembrar que ensino de boa qualidade custa, pois implica condições adequadas: docentes e funcionários técnico-administrativos bem formados e bem remunerados, infraestrutura, material didático, laboratórios etc., tratando-se de investimento de elevada importância social”, adverte. “Portanto, o plano de educação não pode ficar sujeito às vontades do governante de plantão”.

“Os planos devem convergir para a garantia dos direitos educacionais da população – esta é a diretriz principal e está explicitada na Constituição Federal de 1988, bem como nas constituições dos estados e leis orgânicas dos municípios”, enfatiza o professor Minto.

Fotos: Daniel Garcia



O tradicional Baile de Confraternização da Adusp, realizado no Clube dos Professores, na sexta-feira, 10/12, coroou o ano de 2010 em clima de muito alto astral

Rogério Yamamoto



Reunião do Conselho de Representantes da Adusp, em 2/12, oportunidade em que foram discutidos os temas Carreira Docente e Congresso do Andes-SN

# Boulos fala em contratar serviços e ampliar atendimento de saúde

*Hospital das Clínicas também fará parte, com especialidades*

**E**xpansão das unidades básicas de saúde (UBAs), contratação de unidades que ofereçam serviços médicos “fora da região oeste”, principalmente para os casos emergenciais, e incorporação do Hospital das Clínicas para atendimento especializado. São estas as mudanças previstas no novo plano de saúde para funcionários e professores da USP, segundo o professor Marcos Boulos, titular da Coordenação de Saúde.

“Espera-se atendimento rápido, mesmo nas consultas, e com qualidade”, declarou ele ao Informativo Adusp, em respostas concedidas por correio eletrônico. Boulos estima que o novo sistema comece a funcionar em abril de 2011. “Estamos em fase final do projeto e esperamos resolver todas as pendências até o segundo trimestre do próximo ano”. Reportagem publicada na edição 315 do *Informativo Adusp* relatou problemas no atendimento do Hospital Universitário (HU).

“Haverá aumento da estrutura de atendimento da USP, com expansão das UBAs e incorporação do atendimento especializado via Hospital das Clínicas. Também haverá rede de serviços fora da região oeste da cidade, em unidades a serem contratadas, principalmente para os casos emergenciais. Procuraremos adequar os serviços segundo a demanda”, informou.

## “Autogestão”

Boulos afirma que não há previsão de solicitação de maior repasse de recursos do governo estadual para o HU: “O plano independe do suporte estadual. Continuaremos atendendo o SUS sem nenhum prejuízo para o plano de saúde a ser implementado”.

Ele também negou que o novo plano implique algum nível de privatização do serviço: “É um plano de autogestão, em que utilizaremos nossa rede própria ampliada com serviços contratados pela USP”.

Mudanças no atendimento médico realizado nos campi

do interior, hoje realizado de forma diversificada (mediante a atividade de UBAs da própria USP, somada à oferta de convênios locais), ficam para uma etapa posterior. “Inicialmente o plano atenderá os *campi* da cidade de São Paulo, que não dispõem de atendimento diferenciado. Posteriormente ele deverá ser ampliado para o interior”, diz.

## Insatisfação

Na maioria dos campi do interior há reclamações dos usuários quanto ao atendimento. Em São Carlos, onde o serviço próprio da USP é complementado por um convênio com a Unimed local, os serviços são insatisfatórios, segundo o professor Francisco Vecchia, diretor regional da Adusp, que relata a ocorrência de problemas como demora no atendimento e número de consultas restrito por período de tempo.

“Os exames mais dispendiosos não estão na cobertura da Unimed. Quanto aos exames que são cobertos, a de-

mora chega, por vezes, a vários dias, mesmo quando é grave a situação de saúde, dependendo do aval que é fornecido por alguém do serviço médico de São Paulo. Enfim, uma vergonha!”, protesta o docente da Escola de Engenharia de São Carlos.

Também em Pirassununga o atendimento envolve um convênio com a Unimed local e uma UBAs que conta com médicos da própria USP. “A Unimed é ruim. O atendimento aos dependentes é péssimo, especialmente a pediatria”, diz o professor Andrés Vercik, diretor regional de Adusp. A Unimed de Pirassununga não dispõe de hospital e casos de maior complexidade são atendidos pela Santa Casa. Além disso, conta com um único médico gastroenterologista.

## Horários

Outro problema em Pirassununga é o horário de funcionamento da UBAs. Recentemente, Vercik passou mal, com pressão baixa. Dirigiu-se

para a unidade básica, que estava fechada às 11 horas da manhã. No período noturno ela também não abre, “e temos curso noturno”.

Para dispor de atendimento melhor, ele recorre a um convênio particular que tinha quando foi bolsista de pós-graduação em São Carlos: “Acabo pagando a Unimed Nacional”, explica. Em conversa com outros docentes, Vercik descobriu que “todo mundo acaba fazendo o que fiz”, ou seja, eles buscam atendimento médico em cidades maiores, como Araras e Ribeirão Preto.

Piracicaba, onde as categorias do campus da Esalq dispõem de uma UBAs e de convênio com a Santa Casa, para exames e consultas, parece ser uma exceção à regra. “Os serviços são bem satisfatórios. Não há relato de problemas. Não escuto reclamações”, diz o professor Demóstenes Filho, diretor regional da Adusp. No passado, houve problemas, aparentemente superados.

## Indignação e flores

**Na manhã de 9/12, cerca de 50 pessoas participaram do Ato em Protesto pela morte do estudante Samuel de Souza. Professores, estudantes, funcionários e amigos do aluno se reuniram por uma hora para manifestar indignação em relação ao descaso da administração com a segurança daqueles que circulam pela Cidade Universitária.**



Daniel Garcia

## Dúvidas a esclarecer

Resta saber: quem será contratado pela USP, sem que haja algum nível de privatização? Hospitais públicos? Outra indagação que nos parece pertinente: como é possível ampliar o atendimento médico com qualidade, sem aumento de recursos do governo estadual? Se recursos adicionais forem provenientes da USP, de onde serão retirados?

# Sarau discute impactos culturais e tecnológicos da astronomia

**C**éu e Terra. Big Bang. Planetas, galáxias, matéria escura, astrofísica estelar. Astronomia profissional e astronomia de amadores. Telescópios e planetários. O lançamento, no Sarau da Adusp de 1º/12, do livro *Fascínio do Universo*, por seus editores e autores, professores Augusto Daminelli e João Steiner, suscitou um debate descontraído e animado sobre variados aspectos deste tema tão amplo e candente.

“Mesmo no ambiente acadêmico, as questões do espaço são vistas como desligadas dos problemas práticos da Humanidade”, pensam os autores, após observarem que no imaginário popular céu e Terra aparecem como entidades antagônicas. Essa imagem seria anacrônica: “Vivemos uma intimidade cósmica no cotidiano, mesmo que não enxerguemos esta realidade”.

Daminelli destaca o fato de que ferramentas intelectu-



Debate no Sarau, que contou com Daminelli e Steiner

ais utilizadas hoje, em disciplinas como a matemática e a geografia, foram desenvolvidas para explicar fenômenos celestes. Um dos exemplos que deu, no Sarau, foi o relógio de sol e a divisão que propiciou, entre norte e sul. “Essa primeira divisão norte-sul cria um referencial de espaço. A passagem do tempo criou um referencial de espaço. A mera sombra de uma vari-

nha nos deu uma categoria vital, que é espaço-tempo, sem a qual não haveria geografia, física, boa parte da matemática. Nossa relação com o céu teve implicações muito grandes”.

Steiner brincou, lembrando aos presentes que a astronomia já consegue definir com grande precisão “o tamanho de nossa ignorância”, pois a maior parte do Universo é



Daniel Garcia

constituída de matéria escura e energia escura, a respeito das quais quase nada se sabe. Também divertiu a platéia ao dizer que aos sete anos, depois de insistir com sua mãe que lhe dissesse onde se situava o fim do mundo, ouviu dela que este ficava “depois da Alemanha, provavelmente perto da Finlândia”.

Professores titulares do Instituto de Astronomia e Geofísica

(IAG-USP), Daminelli e Steiner destacaram a expansão da astronomia no Brasil e a crescente importância da contribuição brasileira aos esforços internacionais de pesquisa na área. Durante o Sarau foram distribuídos exemplares de *Fascínio do Universo*. A publicação recebeu apoio do CNPq e do Ministério da Ciência e Tecnologia.

## Ameaça de “eliminação” de estudantes é tema de ato na FFLCH

Na noite de 30/11, ocorreu na FFLCH um “ato público contra a criminalização da política na USP”, organizado pelo Coletivo de Estudantes da USP, com apoio da Adusp, Sintusp, DCE-USP, DCE-Unesp, UNE e UEE. O encontro atraiu a mídia e cumpriu o objetivo de protestar contra os processos disciplinares abertos pela USP contra quatro estudantes que participaram da ocupação do prédio da Reitoria em 2007 e outros 17 que, na luta por moradia estudantil, ocuparam salas da Coordenadoria de Assistência Social (Coseas) em março do corrente ano.

“A ocupação foi um dos atos políticos mais bem sucedidos dessa universidade nos últimos dez anos”, destacou o professor Vladimir Safatle, que

ironizou o esforço da Reitoria em revirar o passado. “Ninguém consegue administrar uma universidade com um galão de gasolina nas mãos e ao que parece é isso que está acontecendo. Ao invés de uma política que procure pacificar a universidade, reconhecer que ela tem diversos interesses, se tenta voltar a lutas passadas, criminalizá-las, abrir uma série de medidas e problemas que estão longe de se resolver”, apontou Safatle.

O professor ressaltou a força dos estudantes na ação política de 2007: “Durante um bom tempo, as instâncias universitárias tentaram negociar com o governo sem sucesso. Graças à ação dos estudantes, essa negociação chegou em algum lugar”. Na mesma linha se manifestou o

professor João Hansen, que classificou como “ridícula” a tentativa de punição de alguns dos participantes da ocupação. “A universidade é pública e ninguém pode querer determinar qual deva ser o sentido político que ela tem”, afirmou. “Em 2007 eu tive o privilégio de participar da comissão de negociação com a reitoria e com os pró-reitores e, nas negociações finais, quando os estudantes e os funcionários se comprometeram a sair da Reitoria, houve um acordo tácito de que essas medidas que estão sendo tomadas agora pelo reitor Rodas não seriam feitas”, completou Hansen.

### “Serviçal”

“É absurdo usar um instrumento da época mais som-

bria da Ditadura Militar para se perseguir quem está tentando fazer o debate na universidade”, manifestou o representante da UNE, referindo-se ao regimento disciplinar da USP. A Associação Nacional dos Estudantes Livres (ANEL), por sua vez, acredita que o reitor Grandino Rodas quer se apropriar de uma vitória muito importante, a ocupação de 2007, para transformá-la em uma derrota.

“Nossa universidade é hoje muito mais serviçal do que foram os reitores [à época] da Ditadura Militar”, declarou o professor João Zanetic, após salientar que o dispositivo do Decreto 52.906, de 1972, em que a Reitoria quer enquadrar os alunos processados fala em “eliminação”, expressão que revela um alto grau

de autoritarismo. “Esta universidade, hoje, não consegue responder aos ataques que sofre”, comparou o presidente da Adusp, recordando a mobilização da comunidade acadêmica, em 1977, para que se realizasse na USP a reunião nacional da SBPC, que a Ditadura acabara de proibir na Universidade Federal do Ceará. Embora frustrada, a iniciativa mostrou-se politicamente relevante.

“O AI-5 é a expressão direta da organização interna da USP e é por isso que a USP aparece como último entulho autoritário da Ditadura. Nosso desafio é completar a tarefa da democratização, porque o ovo da serpente que engendrou a Ditadura no país está aqui dentro”, afirmou o professor Luis Martins.